

7 - MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Administração Tributária e Aduaneira

A Secretaria da Receita Federal tem por missão institucional “promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação aplicável de forma justa, contribuindo para o aprimoramento da política tributária e aduaneira, oferecendo à sociedade um serviço de excelência e estimulando o cumprimento voluntário das obrigações tributárias”. A realização dessa missão se traduz no Plano Plurianual do Governo Federal por meio do Programa Administração Tributária e Aduaneira.

A administração tributária e aduaneira constitui-se num conjunto de ações e atividades, integradas e complementares entre si, que visam garantir o cumprimento pela sociedade da legislação tributária e do comércio exterior e que se materializam numa presença fiscal ampla e atuante, quer seja no âmbito da facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, quer seja na construção e manutenção de uma forte percepção de risco sobre os contribuintes faltosos.

Assim, todas as ações que compõem o Programa Administração Tributária e Aduaneira representam um fluxo único de trabalho, voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

De janeiro a dezembro de 2003, a arrecadação das Receitas Administradas pela SRF atingiu a cifra de R\$ 259,568 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 11,54% e uma queda real de 2,70%, considerando-se como indexador o IPCA, em relação ao ano de 2002.

A queda, em termos reais, da arrecadação em 2003 relativamente ao ano anterior se explica, sobretudo, pela ocorrência de arrecadações extras significativas em 2002, especialmente as decorrentes de medidas legais editadas com o objetivo de estimular o pagamento e facilitar a cobrança dos débitos em atraso - na maioria dos casos sem contrapartida no ano de 2003. Tais medidas produziram em 2002 uma arrecadação extra/atípica da ordem de R\$ 18,486 bilhões (em valores correntes), enquanto, em 2003, as receitas atípicas alcançaram o montante de R\$ 7,887 bilhões. Cabe ressaltar que a arrecadação das Receitas Administradas pela SRF em 2003 ultrapassou em cerca de 2,5% o valor de R\$ 253,262 bilhões previstos pelo Executivo Federal no início do exercício e incorporado ao Decreto nº 4.591, de 23/01/03.

O excedente de arrecadação verificado em 2003 foi fundamental para o equilíbrio geral das contas públicas e representou uma parcela importante do superávit primário realizado pela União. Representou ainda um maior aporte de receitas para os demais entes da Federação (Estados e Municípios), via transferências constitucionais de receitas.

Na área aduaneira, a Receita Federal foi responsável em 2003 pelo desembaraço de cerca de 1,05 milhões de Declarações de Importação (DI) e aproximadamente 1,08 milhões de Declarações de Despacho de Exportação (DDE). A essas declarações corresponderam cerca de 128,5 milhões de toneladas de produtos importados, no valor total FOB de US\$ 48.253 milhões, e 320,7 milhões de toneladas de produtos exportados, no valor total FOB de US\$ 73.084 milhões.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Receita Federal, merecem especial destaque os estudos e simulações desenvolvidos com vistas a subsidiar a elaboração e discussão da Proposta de Emenda Constitucional nº 42 (Reforma Tributária), encaminhada em 30 de abril pelo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, que a aprovou e promulgou em 19 de dezembro de 2003.

Relativo a atenção ao contribuinte, ao longo dos últimos anos, além da disponibilização de todos os programas para elaboração de declarações das pessoas físicas e jurídicas, e transmissões das declarações via Internet, novos serviços vêm sendo agregados ao site institucional: direcionamento automático dos *e-mails* recebidos, fornecimento de certidão negativa com validade plena, alteração de dados cadastrais, verificação da situação fiscal, realização e agendamentos de pagamentos via *Web*, dentre outros.

Como termômetro da qualidade e receptividade dos serviços prestados por meio da Internet, a Secretaria da Receita Federal vem recebendo várias premiações que atestam a eficiência dos serviços colocados à disposição dos cidadãos. Novos serviços são agregados na medida em que são dimensionadas as demandas dos

contribuintes, seja por meio de *e-mails* recebidos, ou por meio do monitoramento permanente dos serviços mais solicitados nos Centros de Atendimento aos Contribuintes (CAC) espalhados pelo País.

Quanto à auditoria e fiscalização tributária e aduaneira, a Secretaria da Receita Federal vem priorizando as atividades voltadas à agregação de qualidade ao processo, com vistas a garantir maior eficácia e efetividade às ações fiscais desencadeadas. Ressalte-se que, no contexto da administração tributária, a missão da fiscalização de tributos internos e aduaneiros é a de elevar a percepção de risco do contribuinte faltoso, aumentando, dessa maneira, o nível de cumprimento voluntário de suas obrigações tributárias e, por consequência, promovendo o incremento da arrecadação. Portanto, a fiscalização busca, sobretudo, resultados indiretos - que se realizam com a elevação do patamar de cumprimento voluntário das obrigações tributárias.

Quanto à administração do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, foi realizada satisfatoriamente, não produzindo nenhum óbice ao fluxo normal do comércio exterior e ao seu controle fiscal, aduaneiro e cambial. A manutenção, hoje, numa ação estratégica, não só para a Secretaria da Receita Federal como para toda a economia brasileira, pois integra em um único sistema/ambiente informatizado todos os órgãos públicos reguladores/fiscalizadores do comércio exterior e milhares de usuários que atuam nessa área. O Siscomex representa um instrumento imprescindível para a operacionalização das atividades relacionadas ao comércio exterior; para a viabilização de vários regimes especiais aduaneiros - como o Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (RECOF), a Linha Azul (Regime de Despacho Aduaneiro Expresso), o Drawback e outros - essenciais na busca de competitividade do setor produtivo nacional; e, ainda, constitui-se numa ferramenta de controle administrativo, fiscal, cambial e estatístico do nosso comércio internacional. Por outro lado, a presença de terminais do Siscomex em todo o território nacional, aliada à ampla rede de Unidades da SRF espalhada por todo o país, representa condição essencial para a implementação e consolidação da estratégia de interiorização do despacho aduaneiro, por meio das Estações Aduaneiras Interiores (EADI) ou de outros recintos alfandegados de zona secundária - fator relevante para a diminuição do chamado “custo Brasil”.

No tocante à gestão interna, a Receita Federal vem passando nos últimos anos por um processo de adequação estrutural e de modernização de seus processos de trabalho. O marco inicial desse processo foi a edição da Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, que aprovou uma nova estrutura organizacional para a SRF, a qual estabelece um melhor fluxo de decisão e de gestão. Desde então, as atividades voltadas para o planejamento e avaliação institucional na SRF vêm passando por avanços sucessivos e graduais. Esse processo de construção participativa e de integração se materializa anualmente na elaboração do Programa de Trabalho da SRF, o qual envolvem todas as mais de 560 Unidades da SRF. Durante o ano de 2003, a Receita Federal procurou ampliar a integração do Programa de Trabalho SRF com as rotinas, metodologias e sistemas relacionados à elaboração do PPA, à programação e execução orçamentária e financeira, à programação e execução do Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (Procad), e à avaliação de gestão e desempenho institucional.

Recuperação de Crédito da União

Dentro de suas importantes atribuições no âmbito do Poder Executivo, traçadas no artigo 12 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, quais sejam, a Inscrição e Cobrança Judicial da Dívida Ativa da União, a Defesa da União nas ações judiciais de caráter tributário e Consultoria Jurídica do Ministério da Fazenda a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dirigiu seus esforços no exercício de 2003 para atingir as seguintes metas estabelecidas: aumento da arrecadação de receitas da União, indispensáveis ao suporte de serviços públicos essenciais, mediante cobrança da Dívida Ativa da União e conversão de depósitos judiciais em renda da União; eficiência na defesa da Fazenda Nacional em Juízo, nas causas de natureza fiscal, evitando sucumbência de valores elevados e o não recolhimento de exações para o Fisco; eficiência nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, como forma de prevenir eventuais demandas contra a Fazenda Nacional e outros prejuízos; e eficiência na representação extrajudicial da União.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional administra atualmente cerca de 4,8 milhões de inscrições em Dívida Ativa, inscrevendo mensalmente uma média de 58.493 novos débitos, patrocinando em torno de 2,6 milhões de execuções fiscais, além de 850 mil processos de defesa judicial.

Os números de arrecadação e vitórias na defesa são crescentes e expressivos. O resultado no ano de 2003 foi uma arrecadação de R\$ 10.013.861.421,40 (dez bilhões, treze milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta centavos), representando esse valor, em termos percentuais, quase 50% acima da arrecadação de 2002.

Conforme se demonstra no quadro abaixo, os últimos anos apresentaram uma crescente recuperação de valores devidos à Fazenda Nacional, via cobrança da Dívida Ativa da União e através de vitórias em ações judiciais tributárias, envolvendo valores elevados.

ANO	ARRECADAÇÃO	ACUMULADO
1996	3.464.385.258,00	
1997	2.335.974.712,00	5.800.359.970,00
1998	3.083.809.401,00	8.884.169.371,00
1999	5.019.299.199,00	13.903.468.570,00
2000	6.255.513.387,78	20.158.981.957,78
2001	5.293.240.330,58	25.452.222.288,36
2002	6.831.794.231,45	32.284.016.519,81
2003	10.013.861.421,40	42.297.877.941,21

Fonte: Apuração especial emitida mensalmente pelo SERPRO (Desempenho da Arrecadação da Dívida ativa da União) e INTRANET – PGFN.

No ano de 2003, deu-se seguimento ao tratamento prioritário para cobrança dos maiores devedores da Fazenda Nacional (débitos de valor superior a R\$ 10.000.000,00) ou em cujo processo haja seguros indícios da prática de crimes fiscais, o que constitui o PROJETO “GRANDES DEVEDORES”, que permite a qualificação de processos em razão do valor dos débitos envolvidos ou do cometimento de crimes fiscais, (fundamento legal é o art. 68 da Lei nº 9.532, de 10/12/97 e a Portaria do Ministro da Fazenda nº 29, de 17/02/1998), competindo aos Procuradores que atuam nesse Projeto oficial tanto nas execuções fiscais, como em outros processos que envolvam os créditos em questão, v.g., mandados de segurança, ações anulatórias, etc.

Em Dívida Ativa da União – DAU – a arrecadação em 2003 atingiu R\$ 1.926.576.871,68 (um bilhão, novecentos e vinte e seis milhões, quinhentos e setenta e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e sessenta e oito centavos), o que correspondeu a 19,24% da arrecadação.

Em conversões de depósitos judiciais em renda da União (Defesa Judicial da Fazenda Nacional), alcançou-se o expressivo valor de R\$ 8.087.284.549,72 (oito bilhões, oitenta e sete milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos), 80,76% da arrecadação total, como se verifica:

ANO	TOTAL	D.F.N	% DO TOTAL	D.A.U	% DO TOTAL
1994	1.099.264.519,00	994.236.560,00	90,45%	105.027.959,00	9,55%
1995	2.029.363.740,00	1.631.247.983,00	80,38%	398.115.757,00	19,62%
1996	3.464.385.258,00	2.826.379.423,00	81,58%	638.005.835,00	18,42%
1997	2.335.974.712,00	1.683.132.873,00	72,05%	652.841.839,00	27,95%
1998	3.083.809.401,00	1.096.653.818,00	35,56%	1.987.155.583,00	64,44%
1999	5.019.299.198,71	4.012.979.255,71	79,95%	1.006.319.943,00	20,05%
2000	6.255.513.387,78	4.450.688.675,13	71,15%	1.804.824.712,65	28,85%
2001	5.293.240.330,58	3.652.332.714,82	69,00%	1.640.907.615,76	31,00%
2002	6.831.794.231,45	4.898.747.921,22	71,71%	1.933.046.310,23	28,29%
2003	10.013.861.421,40	8.087.284.549,72	80,76%	1.926.576.871,68	19,24%
TOTAL	45.426.506.199,92	33.333.683.773,60	73,38%	12.092.822.426,32	26,62%

Fontes de Consulta : Apuração especial emitida mensalmente pelo SERPRO até set/98 (Desempenho da Arrecadação da Dívida Ativa da União), INTRANET-Mapas Gerenciais - Arrecadação Decendial, REFIS e PAES dados fornecidos pela SRF.

A quantidade de parcelamentos concedidos em 2003 foi de 78.510 (setenta e oito mil, quinhentos e dez). Este número representa-se monetariamente por um total de R\$ 508.546.705,88 (quinhentos e oito milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinco reais e oitenta e oito centavos).

A arrecadação resultante dos parcelamentos de débitos concedidos no período atingiu o montante de R\$ 455.182.934,42 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, cento e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos)

O número de parcelamentos concedidos, incluindo REFIS (Programa de Recuperação Fiscal) e PAES (Parcelamento Especial) foi de 898.491 (oitocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e um), tendo o valor parcelado atingido o montante de R\$ 47.423.477.359,57 (quarenta e sete bilhões, quatrocentos e vinte e três milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

No que se refere às receitas da União cujo fluxo para o Tesouro Nacional foi garantido em decorrência das vitórias obtidas pela PGFN em juízo, há de se destacar o valor de R\$ 7.730.248.047,19 (sete bilhões, setecentos e trinta milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quarenta e sete reais e dezenove centavos), que

corresponde à verificação das causas julgadas favoravelmente à União, em caráter definitivo. A PGFN atuou decisivamente em ações judiciais importantes, como as da CIDE – Combustível, cuja arrecadação esteve ameaçada por vigorosa indústria de liminares. Essas vitórias contribuíram para uma arrecadação aproximada de 7,6 bilhões de reais, somente com esse tributo. Esses valores perfazem um total de R\$ 15.330.248.047,19 (quinze bilhões, trezentos e trinta milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quarenta e sete reais e dezenove centavos).

Com relação ao número de inscrições em DAU, obteve-se um acréscimo de 4.369.634 (quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, seiscentos e trinta e quatro) no exercício de 2002 para 5.024.873 (cinco milhões vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e três), o que representa em termos percentuais um crescimento de 15%, sendo 2.704.829 (dois milhões, setecentos e quatro mil, oitocentos e vinte e nove) ajuizadas ou cobráveis judicialmente, e 2.320.044 (dois milhões, trezentos e vinte mil e quarenta e quatro) não ajuizadas ou cobráveis administrativamente.

Em termos de unidade monetária, registrou-se um salto de R\$ 174.175.287.586,47 (cento e setenta e quatro bilhões, cento e setenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos), em 2002, para R\$ 211.359.357.644,96 (duzentos e onze bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos) em 2003, observando-se um acréscimo percentual de 21,35%. Desse valor, R\$ 192.951.792.078,29 (cento e noventa e dois bilhões, novecentos e cinquenta e um milhões, setecentos e noventa e dois mil, setenta e oito reais e vinte e nove centavos) refere-se a ações ajuizadas, e R\$ 18.407.565.566,67 (dezoito bilhões, quatrocentos e sete milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) a ações não ajuizadas.

No que tange à cobrança do FGTS, competência da PGFN, iniciou-se no exercício de 2003 o Programa de Qualificação de Créditos, que visa acurar os métodos de identificação e classificação de créditos a recuperar. Esse projeto busca agilizar, em médio prazo, a solução de alguns entraves. Resolver referidos problemas ou minorá-los, significará maior qualidade na prestação dos serviços de inscrição, cobrança judicial e, acredita-se, no conseqüente aumento da arrecadação volitiva, da efetividade da arrecadação judicial, da arrecadação decorrente dos meios coercitivos que antecedem a inscrição e ajuizamento, da arrecadação do montante inscrito e ajuizado e na redução do estoque de créditos acumulados.

Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

A política monetária continuou sendo conduzida no regime de metas para a inflação, buscando, portanto, a convergência entre a inflação ocorrida e a trajetória das metas traçadas para a atuação do Banco Central. Nesse sentido, o comportamento da inflação foi bastante heterogêneo ao longo de 2003. No início do ano, devido principalmente aos efeitos inerciais da elevada inflação ocorrida no último trimestre de 2002, a inflação manteve-se em patamares elevados e, embora os resultados mensais sugerissem tendência de queda, a velocidade de convergência das expectativas de inflação ainda foi lenta. Tendo em vista a dinâmica da inflação, a taxa de juros foi aumentada em janeiro e fevereiro, e mantida constante até a reunião de maio do Copom.

A partir de maio, com um cenário externo relativamente mais favorável, com uma percepção mais disseminada entre os agentes de que a política monetária se manteria consistente com o regime de metas para a inflação e com a demonstração inequívoca por parte do governo de que a política fiscal permaneceria austera, as expectativas inflacionárias começaram a se reverter e a convergir para a trajetória das metas. A melhora das expectativas, a baixa volatilidade da taxa de câmbio e os bons resultados observados na inflação permitiram que fosse iniciado o processo de flexibilização da política monetária a partir da reunião de junho do Copom. Assim, até o final do ano a taxa de juros foi reduzida em 1000 pontos básicos, situando-se em 16,5% a.a. em dezembro.

Os resultados obtidos atestam que a política monetária conseguiu reverter o cenário de crise que se delineava ao final de 2002, evitando o descontrole inflacionário e permitindo que a inflação se estabilizasse em patamares relativamente baixos. Os custos em termos de atividade do processo de desinflação foram significativamente menores que os observados em outras economias submetidas a choques semelhantes ao que impactou a economia brasileira a partir do segundo semestre de 2002. A existência de capacidade ociosa na economia, o ambiente externo favorável e as expectativas sob controle sugerem a construção de um cenário que combina o cumprimento das metas para a inflação com a recuperação sustentada da atividade econômica.

Paralelamente, outras ações visando a recuperação do crédito foram implementadas. Destacam-se as medidas para a ampliação do acesso da população ao crédito bancário, incentivando-se as operações de microcrédito lastreadas em recursos de depósitos à vista e a criação de cooperativas com livre admissão de

associados. Para a redução do custo das operações bancárias, via diminuição do risco das operações de crédito, ressalta-se a nova legislação para a lei de falências e a regulamentação de empréstimos consignados em folhas de pagamento para os trabalhadores da iniciativa privada.

O Banco Central do Brasil, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, realizou cinco operações de colocação de títulos da República no mercado internacional, no contexto do Programa de emissões externas da República; do total de USD 5,8 bilhões em novos títulos emitidos em 2003, USD 1,2 bilhão resultaram de uma operação de troca - títulos emitidos em substituição a títulos antigos – e USD 4,6 bilhões, corresponderam às quatro operações voltadas à captação de recursos novos. Quanto à integração regional, no âmbito do Mercosul, os trabalhos estiveram voltados à harmonização de normas do Sistema Financeiro e ao aperfeiçoamento dos sistemas de prevenção à lavagem de dinheiro nos países do Bloco.

Foram realizados diversos encontros com associações comerciais e representantes da rede bancária, ampliando-se, assim, os canais de comunicação com a sociedade, com vistas a identificar e sanar eventuais gargalos na distribuição de cédulas e moedas que possam dificultar o troco. A produção de moedas em 2003 atingiu 1.150.000.000 unidades, montante cerca de 37% maior que o produzido em 2002, elevando a distribuição "per capita" de moedas, de 45,8 moedas por habitante ao final de 2002 para aproximadamente 50,5 moedas/habitante; a quantidade produzida de cédulas alcançou 1.2 bilhões de exemplares. Em continuidade à campanha intitulada *Ação Permanente de Divulgação dos Elementos de Segurança das Cédulas do Real*, voltada para o público em geral, foram realizadas 293 palestras/cursos e 43 exposições itinerantes, alcançando cerca de 110 mil pessoas. Esses eventos educativos e o aperfeiçoamento das características do dinheiro nacional, têm se constituído na estratégia mais eficaz para inibir a difusão de dinheiro falso. No intuito de difundir a história e a cultura nacional, o Banco Central desenvolve programa de emissão de moedas comemorativas, lançando, em 2003, moedas alusivas aos centenários de nascimento de Ary Barroso e de Candido Portinari.

Mediante Ação de *Assistência Técnica em Assuntos Internacionais*, a Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, do Ministério da Fazenda, participou do processo de negociações internacionais, abrangendo: a) negociação em foros comerciais nas áreas de acesso a mercados, defesa comercial, serviços e investimento, o que inclui negociações no âmbito da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e OMC (Organização Mundial do Comércio); b) negociação com organismos internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial; c) produção de notas e estudos em economia internacional sobre temas de interesse do governo e do público geral; d) assessoria nos assuntos e operações envolvendo o PROEX (Programa de Crédito às Exportações) e cobertura do seguro de crédito à exportação, no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

Na área de defesa comercial destaca-se a abertura de nove processos de investigação de prática de dumping, um de salvaguardas e um de subsídio. No que diz respeito a negociações comerciais, a SAIN trabalhou na elaboração de modelo para a solicitação de melhora de oferta dos demais países que negociam a ALCA. Acompanhou e forneceu apoio técnico às negociações no âmbito do MERCOSUL e OMC.

Em 2003, foi desenvolvido o projeto "Temas em Economia Internacional". Trata-se de uma série de artigos que tem como objetivo oferecer breves notas sobre temas relevantes de políticas públicas no Brasil, em particular aqueles relacionados ao comércio exterior, à economia e às finanças internacionais. A série conta com suporte técnico e financeiro do Banco Mundial. Desde outubro de 2003, foram publicados, no sítio na internet da SAIN, três artigos, que tiveram expressiva repercussão na mídia especializada.

A SAIN participou dos trabalhos de revisão dos mecanismos e programas de apoio ao financiamento e à garantia das exportações brasileiras destinados a otimizar a aplicação dos recursos orçamentários e garantir o atendimento de um volume maior de operações. Entre os resultados desses trabalhos pode-se destacar: criação do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG, que unifica as competências do Comitê de Crédito à Exportação – CCEX – e do Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE; e a criação do Programa de Incentivo à Produção Exportável de Pequenas e Médias Empresas – PROPEX – para financiamento destinado à produção das pequenas e médias empresas exportadoras.

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

Ao longo do ano de 2003, sob a Ação de *Fiscalização do Sistema Financeiro Nacional*, o Banco Central do Brasil realizou inspeções em instituições financeiras, bem como monitoramento contínuo, em bases diárias, do risco de liquidez, do risco de mercado e dos demais riscos a que estão expostas. Prosseguiu na

implantação do novo sistema de classificação de bancos, visando ao aprimoramento da supervisão do sistema financeiro, implementou ações de prevenção e de combate à lavagem de dinheiro, visando impedir que o sistema financeiro seja utilizado para finalidades ilícitas. Desenvolveu trabalhos destinados ao fornecimento de informações e de documentos para comissões parlamentares de inquérito em curso no Congresso Nacional, e criou medidas visando a punição dos responsáveis por procedimentos ou fraudes que levaram à decretação de liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

O Banco, como responsável pela decretação e supervisão dos regimes de intervenção e de liquidação extrajudicial de instituições financeiras (Lei 6.024/74) e de administração especial temporária (Decreto-Lei 2.321/87), recuperou créditos no montante de R\$ 6.506.411.413,14. Desse valor, R\$ 5.760.000.000,00 referem-se a financiamentos realizados ao amparo do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), R\$ 186.904.765,61 dizem respeito a saldos negativos na conta "Reserva Bancária", e R\$ 559.506.647,53 junto ao Fundo Garantidor de Crédito referente ao contrato celebrado em 03/11/1998. No ano de 2003, as atividades vinculadas à Ação *Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional* resultaram na edição de 186 normas, dentre as quais são, a seguir, destacadas as mais relevantes.

Procedeu-se à regulamentação de contas especiais de depósitos à vista, desenvolvida como uma das estratégias para a ampliação dos mecanismos facilitadores de acesso da população de baixa renda ao sistema financeiro, melhorando as condições para obtenção de crédito, realização de poupança e aquisição de produtos financeiros. Foi permitida a abertura de contas da espécie para pessoas cadastradas em programas assistenciais governamentais, a partir de informações constantes de arquivos disponibilizados pelos respectivos órgãos públicos para efeito dos pagamentos relativos a esses programas. Com isso, tais contas servirão inclusive como instrumento para liberação de recursos para pessoas beneficiadas por programas governamentais de interesse social.

Visando, ainda, ampliar os mecanismos facilitadores de acesso da população ao sistema financeiro, foram alteradas as normas atinentes à contratação de correspondentes de instituições financeiras no País. A nova norma, levando em consideração o nível de empregos, a democratização do crédito e a criação de infra-estrutura para a difusão do microcrédito, objetiva o atendimento de quase 40 milhões de brasileiros residentes nas periferias das grandes cidades, carentes de atendimento bancário. A principal vantagem é a captação e a aplicação do crédito na mesma região, possibilitando a circulação do dinheiro na própria cidade, diminuindo as distâncias e fortalecendo o comércio interno. Além disso, esses correspondentes ajudam o programa Fome Zero na entrega do auxílio do governo aos moradores das cidades do interior.

Foi dado um importante passo na direção do fortalecimento e crescimento das cooperativas de crédito no País, mediante o aprimoramento de dispositivos regulamentares a elas aplicáveis, realçando o papel das cooperativas centrais e facultando a criação de cooperativas de livre admissão de associados. A nova regra amplia o campo de operações, permitindo a organização de populações hoje com pouquíssimo acesso a serviços financeiros, tais como as residentes longe dos grandes centros. Foi autorizada, posteriormente, uma nova modalidade de cooperativa, intermediária entre os modelos de livre admissão de cooperados e as tradicionais - segmentadas por categoria profissional, ou por vínculo empregatício.

No bojo da política governamental direcionada à promoção da segurança alimentar e ao combate à fome, foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos, como componente das ações do Programa Fome Zero, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Foram tomadas medidas voltadas ao enquadramento de custeio agrícola de empreendimentos não financiados no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro, objetivando incrementar a produção no local de consumo.

Na Ação *Ordenamento do Sistema Financeiro Nacional*, em 2003, procedeu-se ao exame de 3.802 pleitos de instituições sujeitas à supervisão do Banco Central, relacionados principalmente aos seguintes assuntos: transferência de controle societário, autorização para funcionamento, mudança de objeto social, homologação de administradores, reforma estatutária/alteração contratual, cisão, fusão e incorporação. Deu-se também o exame de processos relacionados com pleitos de ingresso ou incremento de participação estrangeira, dos quais decorreram a edição de 5 decretos presidenciais.

No âmbito externo, o Banco Central participou do Grupo Interministerial sobre Cooperativismo criado por Decreto de 4.7.2003 para apresentar diagnósticos e propostas para o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, bem como do Grupo de Trabalho criado no âmbito do Ministério da Fazenda para tratar de microcrédito, que teve a coordenação do Secretário de Política Econômica. A Instituição promoveu, ainda, Seminários sobre Microfinanças, em Belém, Curitiba e Fortaleza, com a participação de diversas entidades públicas e privadas.

Realizados dentro da diretriz governamental de aumentar a oferta de serviços financeiros para a população de baixa renda, principalmente no que diz respeito ao marco legal normatizador de cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao microempreendedor e correspondentes bancários, os encontros tiveram por objetivo apresentar e debater os principais fatores que restringem e impulsionam o desenvolvimento das microfinanças no Brasil e a sua capacidade de promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades mais carentes.

No campo da tecnologia da informação, abrangendo a Ação *Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN*, destaca-se o desenvolvimento do Sistema de Administração das Reservas - SAR, que contempla as necessidades inerentes à administração das reservas internacionais, sob as diretrizes de investimentos e parâmetros de risco autorizados pela Diretoria do Banco Central (módulo referente a operações em mercado futuro); do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central - SCR, que visa aumentar a capacidade de monitoramento de riscos de crédito pela supervisão bancária e fornecer informações sobre as operações às instituições financeiras; e da Rede de Capitais Estrangeiros e Câmbio - REDECEC, que se constitui num sistema de informações gerenciais referentes a operações de câmbio, o qual oferece fácil comunicação entre o Banco Central e seus clientes.

Gestão da Política de Regulação de Mercados

A Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE gerencia o Programa “Gestão da Política de Regulação de Mercados” do Plano Plurianual – PPA. Esse Programa inicialmente visou atender ao Artigo 70 da Lei nº 9.069 (Lei do Real), de 29.06.1995, que estabelecia que o reajuste e a revisão das tarifas de serviços públicos fossem feitos conforme atos, normas e critérios fixados pelo Ministro da Fazenda, o que, em parte, é feito até os dias de hoje. Com a liberação dos mercados, o incremento da concorrência no país e a participação de capitais privados nos serviços públicos, o Programa foi sendo estendido para contemplar mecanismos mais adequados a esse novo cenário. Basicamente, a demanda que deu origem ao Programa permanece a mesma. Porém, algumas alterações que ocorreram ao longo do tempo vieram a expandir e atualizar o seu escopo.

Mediante Ação *Acompanhamento Sistemático de Mercados*, buscou-se identificar condutas dos agentes econômicos, tendências ou perspectivas, que podem afetar o funcionamento normal da atividade econômica, com reflexos negativos sobre os indicadores macroeconômicos. Para possibilitar a avaliação contínua dos impactos causados nos índices que medem a atividade econômica e promovem a concorrência, a SEAE desenvolveu tarefas de recepção e tratamento sistemático de dados econômicos e registro de variações conjunturais e preços. E, ainda, com o intuito de promover a transparência dos mercados, como um dos instrumentos fundamentais da política de concorrência, deu continuidade à divulgação, em sua página na *Internet*, de série de indicadores econômicos que descrevem o comportamento de um conjunto selecionado de setores que tem sido objeto de ações por parte do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, dentre os quais: cerveja, cesta básica do município de São Paulo, cimento, fertilizante nitrogenado, gás (GLP), medicamentos, mercados agrícolas, siderurgia e setor químico.

A Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos se faz necessária pois, apesar de as Agências Reguladoras serem encarregadas da estruturação da política de preços nos mercados setoriais, há ações que impactam as políticas macroeconômicas e microeconômicas de responsabilidade do Ministério da Fazenda. Nesse caso, a SEAE assessorou o Ministro da Fazenda nos conselhos que deliberam sobre as políticas setoriais, como é o caso do Conselho Nacional de Política Energética. Ainda, realizou-se a análise dos reajustes e revisão de tarifas algumas agências, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT e Agência Nacional de Transporte Aquaviário – ANTAQ, bem como de outros setores, como o setor postal, que ainda não possuem agência reguladora.

A Ação *Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais* objetiva regular atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, agrícolas, de comércio e serviços e do setor industrial, visando a aumentar a eficiência econômica e o funcionamento dos mercados em ambientes concorrenciais. Em 2003, destacam-se as ações de regulação para o setor farmacêutico e dos mercados de medicamentos e planos privados de assistência à saúde.

Além da regulação tarifária, a SEAE tem trabalhado no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes em diversos setores - falhas essas que induzem a um desempenho menos eficiente - e de promover a desregulamentação e, quando for o caso, a rerregulamentação. Trata-se, essencialmente, de remover entraves regulatórios à concorrência, quando esta é um instrumento factível para garantir eficiência, qualidade e preços condizentes com o nível de custos.

Já a Ação *Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais*, que decorre da possibilidade de as instituições financeiras, ao procurarem expandir suas vendas ou elevar suas receitas, virem a realizar promoções ou sorteios que não possam cumprir e assim prejudicar o consumidor, a SEAE autorizou 79 operações de distribuição gratuita de prêmios, de forma a evitar e inibir práticas inadequadas.

Para a realização da Ação *Promoção e Estímulo à Concorrência*, foram efetuadas 12 investigações no sentido de alcançar seu objetivo, qual seja, a de promover uma economia competitiva por meio de prevenção e repressão de ações que possam limitar ou prejudicar a concorrência.

Estreitamente relacionada com a Ação *Promoção e Estímulo à Concorrência*, foram desenvolvidas ações do programa multisetorial “Defesa Econômica e da Concorrência”, gerenciado pela Secretaria de Direito Econômico – SDE, do Ministério da Justiça. Mediante a Ação *Análises Econômicas sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais*, a SEAE realizou 532 análises, em cumprimento à sua atribuição de proceder à análise econômica dos atos de concentração -operações de fusão, aquisição e incorporação de empresas- do ponto de vista dos impactos sobre a concorrência, e das condutas anticoncorrenciais -vendas casadas, acordos de exclusividade e prática de cartel- que podem configurar infração à ordem econômica. Em outra Ação, *Harmonização da Legislação para Defesa da Concorrência Junto aos Blocos Regionais*, cabe destacar a assinatura do acordo de cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, relativo à cooperação entre suas autoridades de “Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência”.

Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

Sob a responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - STN encontram-se as seguintes ações do Programa de Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União: Sistema Informatizado da Secretaria do Tesouro Nacional; Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi; Implantação do Sistema Siafi em Plataforma Gráfica - Siafi Século XXI; Gestão da Dívida Pública; Gestão de Obrigações da União; Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública - PROGER; Gestão Financeira e Contábil; Gestão de Haveres da União.

No que se refere aos sistemas de informação, no exercício de 2003, foi dada continuidade aos esforços no sentido de se conferir maior eficiência e produtividade no desempenho das diversas atribuições das unidades finalísticas da STN. As principais evoluções ocorreram nos sistemas relativos à gestão dos haveres da União, ao controle da dívida pública, do endividamento dos estados e municípios, a programação financeira da União e a contabilidade governamental.

Com relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, sofreu uma série de implementações, das quais destaca-se a realização de várias adequações no subsistema CPR – Contas a Pagar e Receber; a criação da OB-Ordem Bancária com Lista de Faturas (Código de Barra); a criação de rotina para atualização automática de valores de parcelas; e o aperfeiçoamento de transações do sistema permitindo total flexibilidade de parametrização nas consultas relativas aos indicadores e aos parâmetros componentes da classificação orçamentária. Também foram destaque as implementações oriundas de solicitações do Tribunal de Contas da União, tais como a criação de novos órgãos e mudança da vinculação de UG - Unidades Gestoras para consolidação da Tomada de Contas no âmbito da Administração Direta e a alteração nas rotinas de pagamento do SIAFI com a finalidade de identificar os pagamentos relativos a suprimento de fundos.

No SIAFI Gerencial foram colocados à disposição mais 08 novos tipos de documentos e foi dado o tratamento, na consulta construída, do novo Indicador Orçamentário (Tipo de Crédito). No que tange ao subsistema CPR, foi implementado e disponibilizado curso específico para 4.245 usuários, por meio do Centro de Treinamento Virtual do SIAFI, desenvolvido no âmbito do SIAFI Século XXI.

O Portal SIAFI é parte integrante do Projeto SIAFI Século XXI e é um instrumento construído em plataforma compatível com a Internet, para livre acesso a serviços e informações relacionados às finanças públicas. Lá estão informações sobre transferências governamentais, regularidade no Cadastro Único de Exigências para Transferência Voluntárias para Estado e Município – CAUC, despesas com pessoal dos três Poderes, possibilidade de impressão de Documento de Arrecadação Federal – DARF, Guia da Previdência Social – GPS e Guia de Salário Educação – GSE recolhidos diretamente à Conta Única por meio do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB. Também no âmbito do SIAFI Século XXI encontra-se em fase de desenvolvimento, com previsão de implantação em 2004, o sistema de Gestão Eletrônica de Documentos - DocsTN. Este sistema visa estabelecer um modelo

conceitual para a Gestão Eletrônica de Documentos e Informações na STN que deverá proporcionar o acesso uniforme a documentos e informações durante todo o seu ciclo de vida.

A Funcional Programática da atividade GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA destina-se a fazer face aos custos decorrentes das emissões de títulos nos mercados externo e interno, sendo utilizada para pagamentos de despesas gerais com a administração da dívida pública da União, considerando os títulos já existentes, bem como as novas emissões que se realizaram ao longo do exercício e as operações estruturadas, que envolvem troca e/ou recompra de títulos. No exercício de 2003 houve o cumprimento integral de todos os compromissos assumidos, permitindo a continuidade do Programa de Emissões de Títulos que o país vem desenvolvendo no mercado financeiro internacional, fundamental para a continuidade e a sustentabilidade dos programas de administração da dívida pública brasileira.

No âmbito da Ação *Gestão de Obrigações da União*, deu-se continuidade às permutas de títulos com o objetivo de mitigar as seguintes imperfeições: reduzida liquidez no mercado secundário de alguns títulos públicos; excessivo número de séries de títulos públicos; falta de fungibilidade dos títulos. Nesse sentido, realizaram-se, em 2003, operações de permuta de NTN-I e LFT-B com as seguintes características: permuta, junto ao BNDES, de 184 séries de NTN-I por série única, no montante de R\$ 300,00 milhões; permuta, junto ao BMC, de 8 séries de LFT-B por série única, no montante de R\$ 4,26 milhões; permuta, junto à Nossa Caixa, de 112 séries de LFT-B por 3 séries, no montante de R\$ 2.892,87 milhões.

No ano de 2003, foram realizados 145 leilões, sendo 81 de LFT, 47 de LTN, 11 de NTN-C, 5 de NTN-B e 1 de NTN-F. Os leilões de LTN e LFT objetivaram essencialmente efetuar a rolagem da dívida pública federal vincenda no período, ao tempo em que serviram para a composição da dívida pública aos parâmetros estabelecidos no PAF 2003. Quanto à oferta de leilões de títulos atrelados a índices de preços, houve a retomada das emissões de NTN-B (título indexado ao IPCA) mensalmente a partir de setembro, após aproximadamente um ano e meio sem emissões.

No que se refere às emissões no mercado internacional, durante o ano de 2003, o Banco Central do Brasil, em nome do Tesouro Nacional, realizou cinco operações no mercado externo, que totalizaram US\$ 4,63 bilhões de captações de novos recursos e US\$ 1,20 bilhão em trocas. As emissões tinham o objetivo de refinanciar o valor do principal da Dívida Mobiliária Externa a vencer ao longo do ano e iniciar as captações para refinanciamento da Dívida a vencer ao longo de 2004.

Ainda em relação à Ação *Gestão de Obrigações*, no ano de 2003 foi implantado o novo sistema de *dealers*, aprofundando o relacionamento entre o Tesouro Nacional e as instituições financeiras. O Tesouro Nacional e o Banco Central, em trabalho conjunto reorganizaram o sistema de *dealers* e implementou uma estrutura única, com administração de ambos para auxiliar tanto a política de gerenciamento da dívida pública, conduzida pelo Tesouro Nacional, quanto a política monetária, conduzida pelo Banco Central.

O Tesouro Direto, implantado em 07 de janeiro de 2002, pelo Tesouro Nacional em conjunto com a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, possibilitou a aquisição de títulos públicos por parte das pessoas físicas pela Internet. Dentre as melhorias implementadas durante o ano de 2003, destaca-se a criação de mecanismo, desenvolvido em conjunto com a CBLC, que possibilita a integração dos *sites* dos agentes de custódia ao *site* do Tesouro Direto, de forma a permitir aos clientes efetuar aplicações, resgates e consultas diretamente do *site* do agente de custódia. Outro fato importante foi o lançamento da campanha publicitária. No segundo ano do Programa, as vendas de títulos públicos totalizaram aproximadamente R\$ 253 milhões, enquanto que em 2002 o volume financeiro foi de R\$ 76 milhões. Em 2003, 15.296 investidores se cadastraram no Tesouro Direto, enquanto que em 2002 apenas 5.620 investidores foram cadastrados.

Em termos de resultados, no ano de 2003, o estoque da Dívida Pública Federal – DPF cresceu nominalmente 8,1% - menos que o PIB nominal - passando de R\$ 893,3 bilhões no final de 2002, para R\$ 965,8 bilhões ao final de 2003. A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi cresceu em termos nominais 17,4%, evoluindo de R\$ 623,2 bilhões, no início do ano, para R\$ 731,4 bilhões em dezembro. Já o estoque da Dívida Pública Federal Externa – DPFe diminuiu 13,2%, passando de R\$ 270,1 bilhões em dezembro de 2002, para R\$ 234,4 bilhões em dezembro de 2003.

O Projeto Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública, decorrente do contrato de cooperação técnica-financeira celebrado com o Banco Mundial no final de 2001, relativo ao Programa de Fortalecimento do Gerenciamento Fiscal e Financeiro (PROGER), apresenta os seguintes componentes: 1) Gerenciamento da Dívida - a cargo da STN/MF; 2) Plano Plurianual/PPA - a cargo do Ministério

do Planejamento; 3) Lei de Responsabilidade Fiscal - a cargo da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento até 31.12.2002, e da STN a partir do 2º semestre de 2003; e 4) Unidade de Coordenação do Projeto-UCP. Em 2003 ocorreu a consolidação das ações destinadas a implantar o módulo de gerenciamento de risco, a revisão e o redesenho dos macroprocessos relacionados a cada unidade da Secretaria Adjunta da Dívida Pública, bem como dos fluxos de informações internas e externas necessários ao gerenciamento da dívida pública.

A gestão contábil de 2003, de forma consolidada, consistiu na elaboração do Balanço Geral da União, utilizando as rotinas do SIAFI, por meio de análise, acompanhamento e avaliação contábil de todos os órgãos e unidades gestoras representadas pela conformidade contábil. A consolidação das contas foi realizada para permitir a prestação de contas do Governo Federal, conforme inciso XXIV do artigo 84 da Constituição Federal.

Na Gestão de Haveres da União, em 2003, foram arrecadados R\$ 21.937 bilhões contra a previsão de R\$ 19.978 bilhões. O atingimento da meta em níveis superiores a 100% se deu em função basicamente de: a) 510.183 mil – recebimentos provenientes de créditos adquiridos/transferidos à União após o encerramento da Proposta Orçamentária; b) 759.467 mil – recebimentos registrados em 2003 por determinação do Tribunal de Contas da União, correspondentes a valores arrecadados em 2003 e recolhidos aos cofres do Tesouro somente em 2004; e, c) 700.000 mil – provenientes de recebimentos estimados com base em receitas líquidas reais dos estados em patamares abaixo do que efetivamente se verificaram.

No que tange aos haveres mobiliários, em 2003, a arrecadação de dividendos e juros sobre o capital próprio atingiu o montante de R\$ 3,7 bilhões, o que representa crescimento de aproximadamente 20% em relação a receita obtida no exercício anterior, da ordem de R\$ 3,1 bilhões, resultado que tem contribuído para a geração de superávit primário do Governo Central.

Vale destacar que algumas empresas tiveram forte incremento no montante de dividendos distribuídos: CEF que não recolheu dividendos nos exercícios de 2001 e 2002, mas em 2003 pagou o montante de R\$1,0 bilhão (27%), seguida pela Petrobrás com R\$942,3 milhões (25,5%), BNDES com R\$606,5 milhões (16,4%) e Banco do Brasil com R\$357,6 milhões (9,7%).

Por último, quanto às operações oficiais de crédito referentes a crédito rural e a exportações, as despesas do exercício atingiram o montante de R\$4.939 milhões, distribuído entre os programas do orçamento das operações oficiais de crédito voltados para o fomento da agricultura e das exportações, além do financiamento para a estocagem de álcool etílico combustível visando regular a oferta do produto no mercado.

Fortalecimento da Administração Fiscal de Estados e Municípios

No período de janeiro a dezembro de 2003, no âmbito do PNAFE - Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros, foram desembolsados aos estados R\$ 77 (setenta e sete milhões de reais) e à Coordenação do Programa R\$ 6,9 (seis milhões e novecentos mil reais), tendo sido aplicados na aquisição de equipamentos de informática, na capacitação de servidores e na melhoria de gestão das Secretarias de Fazenda/Finanças estaduais e na coordenação nacional, com vista ao atendimento ao cidadão. Cabe registrar, ainda, que foram inscritos em restos a pagar R\$ 123 milhões (cento e vinte e três milhões de reais).

Em razão do surgimento de novas demandas, foi dada continuidade ao processo de ajuste em projetos estaduais para utilizações dos imprevistos e dos recursos derivados da variação cambial, bem como para o remanejamento de recursos entre categorias de investimentos.

Houve continuidade na realização de missões de acompanhamento nos estados, onde o processo de desenvolvimento dos respectivos projetos ainda não atingiu estágio satisfatório de execução física. Também foi negociada com o BID a ampliação do prazo de conclusão do PNAFE, considerando a necessidade de efetiva consolidação dos projetos de modernização e a inclusão de ações complementares, tendo em vista maior disponibilidade de reais decorrente da variação da taxa de câmbio.

Foi elaborado projeto para financiamento da organização e gestão do PNAGE - Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de forma complementar ao PNAFE, promovendo a modernização gerencial e aumentando a eficiência administrativa dos órgãos estaduais.

No âmbito municipal, PNAFM - Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal para os Municípios Brasileiros, foram desembolsados aos municípios R\$ 11,1 (onze milhões e cem mil reais) e à Coordenação do Programa R\$ 100 mil (cem mil reais). Cabe registrar, ainda, que foram inscritos em restos a pagar R\$ 157,9 milhões (cento e cinquenta e sete milhões e novecentos mil reais).

Foram assinados 7(sete) contratos, beneficiando os municípios de Guaíba/RS, Juiz de Fora/MG, Macapá/AP, Pontaporã/MS, Santa Rosa/RS, Sobral/CE e Várzea Grande/MT, perfazendo o total de 22 municípios beneficiados.

Foi concluída nova versão do ROP - Regulamento Operativo do Programa, atendendo proposição do Ministério das Cidades, de forma a possibilitar que os municípios com até 50 mil habitantes (simplificados) financiem a implantação de planta genérica de valores, cadastro multifinalitário e plano diretor.

Foram realizados 4 (quatro) Encontros de Coordenação, envolvendo os municípios inseridos no Programa e os que estão em processo de elegibilidade, com o objetivo de apresentar e discutir as principais diretrizes, regras e procedimentos na implantação de ações e na aplicação dos recursos financeiros, de forma que sejam efetuados conforme condições gerais estabelecidas no ROP, visando atingir os resultados desejados. No último Encontro com os municípios com contratos assinados, realizado em dezembro de 2003, foram discutidas as ações do Programa realizadas em 2003, as experiências exitosas e as dificuldades na implantação dos projetos, assim como foram traçados objetivos para 2004.

Programa de Educação Fiscal – PEF

O Programa de Educação Fiscal, conduzido pelo Grupo de Trabalho Educação Fiscal – GEF, sob a coordenação e secretariado da Gerência do Programa de Educação Fiscal – GEREFE da Escola de Administração Fazendária – ESAF, alcançou em 2003 os resultados globais:

RESULTADOS	2003
Número de alunos instruídos	3.284.941
Número de escolas abrangidas	15.491
Número de professores capacitados	99.535
Número de municípios participantes	1.762

Programa de Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins

A Escola de Administração Fazendária - ESAF, responsável pelo Programa de Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins, e executora da Ação *Seleção, Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins*, no ano de 2003, capacitou 31.244 servidores públicos e realizou 10 certames para concurso público, nos três níveis governamentais, nos quais tiveram 162.142 candidatos.

Além das ações de seleção, formação e capacitação de recursos humanos, a ESAF manteve as ações de cooperação técnica com os países da América Latina e os países da África Lusofônica, através das quais promoveu a participação de servidores desses países nos cursos e seminários oferecidos pela Escola. Estão sendo ainda desenvolvidas outras parcerias com o objetivo de contribuir para a eficácia e a eficiência da administração fiscal dos estados brasileiros. Merecem destaque o “Projeto de Cooperação Técnica Brasil-Canadá” e o Acordo de Cooperação Técnica, entre a ESAF e a União Européia, firmado em abril de 2003 e que entrará efetivamente em vigor em 2004.

Foi criado, também, o núcleo de estudos fiscais com o objetivo de desenvolver pesquisas relativas a temas atuais demandadas pelo Ministério da Fazenda. São objetos de pesquisa, no momento, os seguintes temas: Gastos Públicos; Federalismo Fiscal; Informalidade do Emprego e Tributação; e Previdência - Impacto Fiscal da Reforma da Previdência.

Serviços de Informática para o Setor Público

O SERPRO, na execução das ações de Manutenção dos Sistemas Informatizados do Governo Federal e Produção de Serviços de Informática Para o Governo Federal, integrantes do programa “Serviços de Informática Para o Setor Público”, realizou a manutenção de sistemas e desenvolveu produtos em apoio ao Governo

Federal nas atividades de administração tributária (Sistemas da Secretaria da Receita Federal), administração financeira (Siafi), administração de recursos humanos (Siape), administração de serviços gerais (Siasg), gestão da dívida ativa da União (Sistemas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), gestão do Fundo de Marinha Mercante (Sistema Mercante) e gestão do comércio exterior (Siscomex), dentre outras.

Em todos estes serviços houve um expressivo aumento nos volumes processados e transações executadas, com a manutenção dos níveis de serviço, com destaque para o desempenho e segurança dos serviços, e manutenção dos preços praticados.

Foi desenvolvido e implantado o Programa Serpro de Software Livre, que já possibilitou a implantação de soluções para correio eletrônico, administração de redes locais e aplicativos de escritório; produziu o sítio do Programa Fome Zero, realizou a capacitação de servidores do MESA envolvidos nessa atividade, deu apoio à Central de Atendimento do Programa Fome Zero e reformulou o sistema de informações INFOMESA, ações pelas quais atribuiu ao Serpro o “Certificado 0066 – Empresa Parceira do Fome Zero”.

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários.

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no exercício de suas atribuições, é responsável pelo Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários, que tem por objetivo assegurar as condições para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

Dentre as ações desenvolvidas pela CVM merecem destaque as seguintes: Orientação e Defesa aos Investidores, Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários e Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários

A meta física da Ação *Orientação e Defesa aos Investidores – PRODIN* superou a meta inicial em cerca de 75,5%, visto que estavam previstos 49.637 investidores atendidos e finalizou o ano com 87.080 atendimentos. Tal superação se justifica, principalmente, pelo aumento de consultas relacionadas ao Fundo 157, e pelo impacto das novas atribuições da CVM, que passou a supervisionar os fundos de investimentos (FIFs e FACs). A eficiência da Ação está diretamente vinculada à existência e ao desempenho de canais de comunicação com os investidores. Nesse sentido, diversas mídias vêm sendo utilizadas: (a) a distribuição de material didático, em linguagem acessível, referente a informações básicas sobre o funcionamento do mercado de valores mobiliários; (b) a manutenção de um canal de comunicação, com os investidores, capaz de receber denúncias e fornecer informações/orientações, incluindo a disponibilização de um sistema de atendimento telefônico de discagem gratuita (0800); (c) a realização de palestras, seminários, cursos e encontros com investidores em diversas cidades do país; (d) o incentivo à formação de técnicos especializados no setor, em nível médio e superior; e (e) a realização de pesquisas e teses que divulguem o mercado de valores mobiliários e contribuam para o seu aperfeiçoamento.

No que se refere à Ação *Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários*, que consiste no acompanhamento da conduta dos participantes desse mercado, com o propósito de identificar e coibir práticas não-equitativas, bem como a criação de condições artificiais de mercado e outras condutas ilícitas, foram realizadas, em 2003, 4.153 fiscalizações (inclusive com realização de inspeções), superando em mais de 63% a meta física prevista para o ano de 2003, que é de 2.543 fiscalizações.

Por intermédio da Ação *Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários*, que busca a criação de medidas capazes de promover uma ampla disseminação de informações de interesse dos participantes do mercado de capitais, bem como aumentar o seu nível de transparência e confiabilidade, foram disponibilizados, em 2003, 2.900 Mbytes em informações, quando a previsão para todo o ano era 360 Mbytes. Em 2003, foram disponibilizados diversos informes no *site* da CVM, bem como módulos que permitiram aos auditores independentes e administradores de Fundos Imobiliários encaminharem, via web, as informações periódicas, ampliando com isso a sua base de dados que é utilizada tanto para a divulgação de informações ao público em geral, via internet, quanto para o aperfeiçoamento das técnicas adotadas na fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários. A CVM passou a divulgar também o cadastro de toda a indústria de fundos de investimento, incluindo os fundos de renda fixa, setor cuja fiscalização passou para a CVM recentemente.

Desenvolvimento dos Mercados de Seguros Privados, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguro

O programa da SUSEP no Plano Plurianual do Governo Federal, denominado “Desenvolvimento dos Mercados de Seguros Privados, Capitalização e Previdência Aberta Complementar” tem como objetivo garantir o adequado funcionamento e desenvolvimento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, sendo que para isso, foram definidas ações de fiscalização, regulamentação, concessão de empréstimos para liquidação de Sociedades pertencentes aos mercados supervisionados, e manutenção do sistema informatizado através do qual são processadas as informações encaminhadas pelas empresas com vistas ao controle de suas operações e realização de trabalho de fiscalização à distância.

Assim como tem ocorrido durante o período relativo ao PPA vigente, em 2003, o Órgão vem conseguindo cumprir as metas estabelecidas para suas ações, sendo certo afirmar que o objetivo traçado vem sendo atingido, o que se demonstra pela estabilidade que os mercados supervisionados vem apresentando, pela redução do número de reclamações de consumidores junto ao Órgão nos últimos anos, pelo aumento da diversidade de produtos oferecidos ao público em geral, inclusive para segmentos da população que nunca foram consumidores habituais dos produtos comercializados por esses mercados, e pela padronização de produtos massificados, propiciando um maior nível de esclarecimento dos agentes envolvidos e agilidade para aprovação.

Neste ano de 2003, foram realizadas cerca de 268 fiscalizações, portanto, ultrapassando a meta prevista (160 fiscalizações). Com relação aos atos normativos foram editados 25 atos, meta inferior a previsão inicial (50 atos normativos). Este fato é explicado devido aos esforços da Autarquia na modernização das normas, principalmente nos últimos anos, devendo ser salientado ainda o trabalho de consolidação de normas que vem sendo executado. Portanto, uma vez implementadas tais medidas, a estimativa inicialmente estabelecida para o PPA não mais se justifica.

Em decorrência das ações implementadas pelo Órgão, citamos como principais itens relativos ao ano de 2003, os seguintes:

- Criação de comissão especial de normas e procedimentos com a participação de personalidades representativas dos mercados fiscalizados, com o objetivo de sistematizar e reduzir a quantidade de normas existentes, com isto facilitando o acesso ao mercado de novos consumidores, atraídos por regras mais claras, além de propiciar uma maior transparência quanto aos direitos e obrigações inerentes aos contratos, conferindo uma maior credibilidade aos mesmos, o que é de fundamental importância para o desenvolvimento e estabilidade desse mercado;
- Implantação de Centro de Controle e Análise de Riscos, com o objetivo de analisar e avaliar o gerenciamento do risco em toda a sua plenitude, conforme sugerido pelo Novo Acordo de Capitais da Basileia e pelos estudos do “Solvência II”;
- Criação de comissão especial de assuntos internacionais com o objetivo de estudar o funcionamento e o marco regulatório de mercados estrangeiros, visando o permanente aperfeiçoamento das normas aplicadas no mercado brasileiro, por meio de estudos comparativos de produtos ofertados nesses mercados com a devida adaptação à cultura e à legislação nacional;
- Criação de Comissão Especial para identificar nichos de mercado, racionalizar custos, definir estratégia de marketing, propor simplificações operacionais e qualquer outra medida que possibilite a ampliação de ofertas de produtos ao consumidor;
- Constituição de Comissão Correicional com o objetivo de propor soluções para a agilização e melhoria dos sistemas de controles processuais na instauração e julgamento de processos administrativos de aplicação de penalidades; e
- Acordo de cessão de parte das instalações prediais do BACEN/RJ, para adequação da Sede da SUSEP, buscando a otimização e racionalizando dos recursos públicos, além de viabilizar a ampliação do espaço físico da SUSEP e a futura ampliação do quadro de pessoal da Autarquia.

Produção de Moeda e Documentos de Segurança

O Artigo 2º da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, define a razão de ser da Casa da Moeda do Brasil-CMB: “A Casa da Moeda do Brasil terá por finalidade, em caráter de exclusividade, a fabricação de papel-moeda e moeda metálica e a impressão de selos postais e fiscais federais e títulos da dívida pública federal”.

Embora a Casa da Moeda do Brasil tenha como finalidade prioritária garantir o suprimento do meio circulante nacional, esta busca ocupar uma fatia expressiva do mercado de produtos gráficos de segurança, prioritariamente para atender ao setor público e aos prestadores de serviços públicos. As suas atividades estão previstas no programa integrante do Plano Plurianual do Governo Federal, sob o título de Produção de Moeda e Documentos de Segurança.

Em 2003, a Casa da Moeda do Brasil – CMB, atendeu praticamente todas as metas previstas nas ações do Programa sob sua gestão, Produção de Moedas e Documentos de Segurança. Produziu 1.200.000.000 unidades de cédulas, 1.200.042.000 unidades de moedas, 6.082.529.832 unidades de selos fiscais, 26.859.450 unidades de selos postais, 462.520.000 unidades de bilhetes magnetizados, 914.896 unidades de cadernetas, 341.437 unidades de cartões telefônicos e 127.042.485 unidades de diversos documentos de segurança e outros produtos que representam meios de pagamento.

Integração da Cadeia do Agronegócio

O Banco do Brasil é responsável pelo programa denominado *Integração da Cadeia do Agronegócio*, integrante do Plano Plurianual do Governo Federal. O resultado alcançado nas ações que compõem o programa foi superior às expectativas do Banco e propiciou a integração de produtores rurais e agentes da cadeia do agronegócio.

O Banco avalizou no ano, 29.358 Cédulas de Produto Rural (BB CPR) no montante de R\$ 1.533 milhões, incremento de 44,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, superando as metas estabelecidas no Programa para a Ação: Aval para venda antecipada da produção CPR, em 136%. Os produtos mais demandados foram a soja, com R\$ 510 milhões, bovinos, com R\$ 344 milhões e café, com R\$ 309 milhões.

Destacam-se, ainda, os Negócios Eletrônicos - Comercialização - que apresentaram crescimento expressivo nos negócios realizados por empresários rurais, principalmente na negociação de CPR's por meio do Leilão Eletrônico. Em 2003, a Ação ultrapassou as metas físicas -- quantidades de vendas realizadas -- em 860% e em 82% o valor das vendas realizadas alcançado o montante de R\$ 3,0 bilhões.

Por meio das Parceiras Negociais, envolvendo a Cadeia do Agronegócio, foram contratados mais de R\$ 3,8 bilhões ao amparo dos 8 (oito) mil convênios firmados em 2003. Tais parcerias permitem ao Banco atuar desde a originação do produto, com financiamentos de custeio e investimento ao produtor rural, até o beneficiamento e comercialização da sua produção.

As operações de proteção de preços nos Mercados Futuros e Opções, apresentaram crescimento de 144%, em relação ao ano de 2002, realizando mais de 8 mil operações. Os contratos futuros referenciados na BM&F produziram impacto positivo no resultado daquela Bolsa de Mercadoria. Também, foram realizadas diversas palestras pelo BB com os produtores rurais na disseminação desses mecanismos de proteção, buscando apresentar novas ferramentas de minimização de risco aos atores do agronegócio.

CrediAmigo

Criado em abril de 1998, o Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste – CrediAmigo, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento do setor microempresarial, através da oferta de serviços financeiros e de assessoria empresarial, de forma sustentável, oportuna, adequada e de fácil acesso, assegurando novas oportunidades de ocupação e renda na região Nordeste do Brasil. O Programa utiliza a metodologia do aval solidário, como forma de atender aos clientes que não dispõem de garantias suficientes para receber crédito, fomentando a solidariedade e o compromisso da palavra.

Ciente de que a assistência creditícia é necessária, porém insuficiente para garantir o crescimento do setor, o Programa oferta serviços de assessoria empresarial aos seus clientes, de forma paralela ao crédito. Para

tanto, são utilizadas cartilhas educativas para sensibiliza-los para um melhor gerenciamento do negócio, além de proporcionar a inserção dos clientes nas cadeias produtivas locais, através da formação de parcerias com fornecedores. Outra forma de fortalecer a competitividade dos clientes é proporcionar a sua participação em eventos de microfinanças, tais como, feiras, seminários e congressos de microfinanças, além de feiras locais patrocinadas ou não, pelo Banco do Nordeste, disponibilizando espaços para demonstração e venda dos seus produtos.

A partir do anúncio pelo Governo Federal do Plano Nacional de Microcrédito, que visa oferecer empréstimos bancários a seis milhões de microempreendedores que hoje não tem acesso a serviços financeiros e bancários no montante de R\$ 4,0 bilhões, o Banco do Nordeste vem implementando mudanças na operacionalização do CrediAmigo.

Dentre as alterações implementadas pelo Programa, destaca-se a redução dos encargos financeiros para as operações de valor até R\$ 1.000,00; o incremento de 100% nos limites de crédito para capital de giro; o aumento de 67% no limite de endividamento total do cliente; a ampliação para 18 meses do prazo de pagamento dos empréstimos de investimento fixo (aquisição de máquinas e equipamentos e reformas); a ampliação do tamanho do grupo solidário, com a possibilidade de um membro do grupo contratar até três operações simultaneamente, sendo uma para aquisição de máquinas e equipamentos (investimento fixo) e duas para capital de giro (uma através do grupo solidário e outra individualmente).

O CrediAmigo encerrou o ano de 2003 com uma base de 138,5 mil clientes ativos e uma carteira ativa da ordem de R\$ 85,5 milhões, registrando um crescimento de cerca de 19% em relação à carteira ativa de 2002. O total de aplicações somou R\$ 368 milhões, desembolsados através de 434 mil operações de microcrédito, saindo de uma média de 233 operações desembolsadas por dia útil em 1998, para uma média de 1.647 em 2003. No ano de 2003, 94% das operações de microcrédito foram destinadas a clientes com vendas mensais de até R\$ 5.000,00, correspondendo a 85,5% dos valores contratados em 2003. Os empreendimentos de comércio receberam a maior quantidade de recursos do CrediAmigo (R\$ 292 milhões), seguidos das indústrias, com R\$ 58,2 milhões e pelo segmento de serviços com R\$ 17,8 milhões.

Durante o ano de 2003, predominaram os empréstimos para capital de giro, representando 95,5% do total de operações contratadas. A maior parte (91% das operações) foi destinada a grupos solidários. O Programa realizou 19,8 mil operações de investimento fixo (4,5% do total) correspondentes a uma aplicação da ordem de R\$ 40 milhões.

Outras Ações de Responsabilidade dos Órgãos/Entidades do MF

Banco da Amazônia - BASA

No exercício de 2003, o Banco da Amazônia – BASA, se mobilizou principalmente na identificação das potencialidades e desafios, detectando as prioridades de cada estado da Amazônia a fim de orientar a ação creditícia rumo ao desenvolvimento sustentável. Todo o planejamento e programas da Organização têm seus eixos estruturantes na sociedade, a partir de dois pilares básicos: os programas de desenvolvimento da Amazônia, que por sua vez se ajustam ao Plano Plurianual do Governo Federal e os planos dos governos estaduais.

Os primeiros efeitos destes procedimentos já podem ser observados por intermédio do financiamento do primeiro projeto de manejo florestal na Amazônia, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Florestal - PROFLORESTA, iniciativa pioneira no País viabilizada com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e da disponibilização para 2004 de um programa de crédito destinado à pesca e aquicultura (com linhas de crédito para o financiamento da pesca artesanal, pesca industrial e aquicultura), em apoio ao Programa Nacional da Pesca e Aquicultura da Secretaria Nacional de Pesca.

Também, destaca-se o apoio ao desenvolvimento do primeiro pólo de fruticultura da Região Norte, que visa absorver a produção de mais de quatro mil produtores familiares organizados em cooperativa, distribuídos em 29 municípios no nordeste do Estado do Pará. Esta Ação abriu ainda possibilidades de contatos junto a organismos internacionais com vistas ao desenvolvimento de parcerias em ações de fomento regional.

Nesta perspectiva de cooperação mútua, é fato inédito a parceria com o Banco do Nordeste do Brasil, ampliando a efetividade das ações creditícias no Estado do Maranhão, que apresenta perfil econômico mais identificado ao da Região Amazônica. Com esta Ação, o Banco da Amazônia amplia sua ação de fomento, por meio do repasse dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Relativo à Ação *Financiamentos de Projetos de Desenvolvimento Agroindustrial, Industrial, Rural e Turismo na Região Norte – FNO*, integrante de programas de Governo, em 2003, por intermédio de treze programas de financiamento direcionados aos setores rural, industrial, turismo, comércio e serviços, foram atendidos projetos que maximizem os resultados socioeconômicos para a Região, interferindo no perfil produtivo regional, fortalecendo as cadeias produtivas e o cooperativismo, dispensando tratamento preferencial às atividades de mini e pequeno produtor rural e micro e pequenas empresas, com ênfase na pequena produção regional.

Como gestor dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), principal instrumento alavancador do desenvolvimento econômico e social da Região Norte, o Banco contratou recursos da ordem de R\$ 1.075 milhões, durante o exercício de 2003, expressando um crescimento superior a 77%, em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 604,9 milhões). Esta Ação proporcionou resultados que expressaram significativos benefícios econômicos e sociais diretos à Região, através do financiamento de 23.584 projetos, em sua maior parte, operações firmadas com os segmentos produtivos de menor porte.

Durante este período, o Setor Rural foi beneficiado com 22.800 financiamentos contratados, no valor de R\$ 682,3 milhões, correspondentes a 63,5% dos recursos. Merece destaque o segmento da pequena produção de base familiar que, no período, teve 19.326 famílias de agricultores, extrativistas, pescadores e outros, beneficiadas com crédito no total de R\$ 233,1 milhões.

Nos setores de Agroindústria, Indústria e Turismo foram alocados R\$ 392,7 milhões em 784 financiamentos, sendo que a maior demanda foi pelo FNO-Exportação que, através de 411 projetos, no valor de R\$ 135,8 milhões, contribuiu para alavancar as exportações e internacionalização das empresas da Região Norte, garantindo a sustentabilidade dos empreendimentos e o eficaz aproveitamento das vantagens competitivas regionais. Em termos de valor, o PRODESIN aplicou o maior volume de recursos em atividades industriais – R\$ 145,1 milhões.

O setor de comércio e serviços contratou 255 operações no montante de R\$ 57 milhões.

No âmbito da Ação *Fomento ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico Regional na Amazônia*, integrante do Programa de Sistemas Locais de Inovação, o apoio à geração e difusão de conhecimento científico foi promovido por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisas na Amazônia, o qual possibilitou a contratação e a conclusão de inúmeras pesquisas aplicadas durante o período, bem como a publicação de trabalhos e a celebração de novas parcerias com a comunidade científica nacional e regional. Apoio este concedido, com recursos não reembolsáveis (renúncia fiscal), aos projetos de pesquisa (custeio) voltados para os aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais das atividades produtivas prioritárias para o desenvolvimento da Amazônia.

Banco do Brasil

Além de gerenciar o programa *Integração da Cadeia do Agronegócio*, o Banco configura como responsável técnico em ações de outros programas do PPA, nas quais tem-se, em sua maioria, superado as metas estabelecidas. A Ação *Concessão de Crédito Rural* cumpriu as metas físicas e financeiras estabelecidas pelo PPA, com incremento de 371% sobre o valor previsto para o ano de 2003, movimentando recursos da ordem de R\$ 11 bilhões.

Vale destacar o importante papel do Banco no atendimento a produtores rurais familiares de todo o País, com recursos do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, principal aplicador do Programa, detendo 83% do total do volume aplicado pelo Sistema Financeiro; que tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos mini e pequenos produtores. Em 2003, contratou mais de R\$ 838 mil operações com volume aplicado de R\$ 2,7 bilhões.

Diversas ações foram realizadas na busca de facilitar e agilizar o acesso ao crédito para o mini e pequeno produtor. Entre elas, destacam-se as parcerias com órgãos, entidades e representações de classes; o direcionamento do crédito para atender às potencialidades agropecuárias do município; a utilização de Cartão da Agricultura Familiar; a possibilidade de renovação do crédito automaticamente por até 05 anos; e os novos mecanismos para apoiar a comercialização de produtos oriundos da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária, inclusive para exportação.

Na Ação *Concessão de Crédito a Mini e Pequenos Produtores - PROGER RURAL* foram contratadas mais de 68 mil operações no valor de R\$778 milhões.

Mediante o Programa *Agricultura Orgânica* tem-se incentivado e apoiado o desenvolvimento da produção orgânica brasileira, alcançando bons resultados na execução da Ação *Financiamento para a Produção Sem Uso de Agrotóxicos*.

Caixa Econômica Federal

A CAIXA, na condição de instituição financeira e executora das políticas de governo, atua com abrangência social e financeira, buscando de forma contínua a melhoria dos seus produtos e serviços prestados. Merece destaque a implementação da Conta Caixa Aqui, que resultou em de mais de 1 milhão de brasileiro, antes desassistidos dos serviços bancários. A Conta Caixa Aqui viabilizou o maior processo de inclusão bancária que se tem notícia no mundo. Foram abertas mais de 1.100.000 contas, sendo que 310 mil clientes já contam com crédito aprovado, disponível para utilização, no total de R\$ 61 milhões.

Instituição presente em todos os 5.561 municípios brasileiros, com a integração da rede física de 14.084 pontos, dimensionada com 1.706 Agências, 419 Postos de Atendimento Bancário (PAB), 1.080 Postos de Atendimentos Eletrônicos (PAE), 8.922 Casas Lotéricas e 1.956 Correspondentes Bancários e 1 Posto de Atendimento Avançado (PAA), possibilitou o acesso à população brasileira de serviços bancários e aos benefícios dos programas sociais do Governo Federal.

Os Correspondentes Bancários estão presentes em todos os municípios brasileiros, sendo que nesse canal foram registradas 23,3 milhões de transações com valores em torno de R\$ 1,08 bilhão. Dessas transações 9,1 milhões foram para pagamento dos diversos benefícios sociais do Governo Federal, movimentando valores em torno de R\$ 349,1 milhões. As Casas Lotéricas, presentes em 3.528 municípios brasileiros, efetuaram mais de 75,1 milhões de transações de pagamento dos benefícios sociais do Governo Federal, com valores em torno de R\$ 4,0 bilhões.

Em 2003, adicionalmente aos pagamentos por conta do FGTS, foram realizados mais de 299,9 milhões de pagamentos de outros benefícios sociais, registrando crescimento de 23,31% em relação a 2002:

BENEFÍCIOS	Valores em R\$ Mil / Quantidade em Unidades			
	EXERCÍCIO 2002		EXERCÍCIO 2003	
	QUANTIDADE	VALOR	Quantidade	Valor
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE	172.469.275	2.151.804	225.930.055	3.198.774
PREVIDÊNCIA SOCIAL	27.891.566	9.873.888	29.545.902	12.379.065
ABONO	5.374.175	1.014.510	6.619.424	1.517.230
PIS	17.375.425	890.955	16.983.542	980.237
SEGURO DESEMPREGO	20.131.252	5.548.124	20.873.804	6.536.138
TOTAIS	243.241.693	19.479.281	299.952.727	24.611.444

Operando os Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, foram atendidos cerca de 17 milhões de famílias com o pagamento de 225,9 milhões de parcelas no valor total de R\$ 3,1 bilhões:

PROGRAMAS	Valores em R\$ Mil / Quantidade em Unidades			
	EXERCÍCIO 2002		EXERCÍCIO 2003	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
AGENTE JOVEM	5.238	340	94.420	61.324
AUXÍLIO ALUNO - PROF AE	680.403	20.412	792.655	23.778
AUXÍLIO GÁS	65.991.293	494.934	100.418.969	753.142
BOLSA ALIMENTAÇÃO	6.247.918	98.718	18.327.027	274.905
BOLSA ESCOLA	96.628.549	1.449.428	92.582.898	1.388.742
BOLSA FAMÍLIA	-	-	4.986.981	376.082
BOLSA RENDA	2.874.917	86.247	5.544.152	166.325
GARANTIA SAFRA	-	-	42.395	4.027
PCA - FOME ZERO - CARTÃO ALIMENTAÇÃO	-	-	2.177.004	108.849
PETI - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	40.957	1.725	963.554	41.600
TOTAL	172.469.275	2.151.804	225.930.055	3.198.774

Para atender ao estabelecido no Termo de Compromisso do Cadastramento Único, firmado entre a CAIXA e Ministério da Assistência Social, foi realizado treinamento de funcionários das agências da CAIXA,

palestras nos Municípios e implementação da nova versão do aplicativo de cadastramento. Em 2003, foram cadastradas aproximadamente 2,5 milhões de famílias, resultando no total de 8,16 milhões de famílias beneficiadas pelos programas sociais do Governo Federal. Até o final de 2003 foram arrecadadas mais de R\$ 3,5 bilhões com vendas de loterias federais. Considerado como um serviço público importante na distribuição de renda para o País, a CAIXA vem tornando esse produto mais atrativo para proporcionar mais repasse de benefícios à sociedade brasileira. Os repasses da loteria em 2003 são demonstrados no quadro seguinte:

Valores em R\$ Mil		
PRÊMIOS LÍQUIDOS	1.137.658	% SOBRE O TOTAL REPASSADO
REPASSES	2.867.237	
IR	451.982	15,76%
Fundo Nacional da Cultura	101.598	3,54%
Seguridade Social (com adicional)	582.603	20,32%
Crédito Educativo	249.500	8,70%
Clubes de Futebol e Federações	6.786	0,24%
Secretaria Nacional Esportes	7.125	0,25%
FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional	106.494	3,71%
COB – Comitê Olímpico Brasileiro	57.572	2,01%
CPB - Comitê Paraolímpico Brasileiro	10.160	0,35%
Testes especiais (APAE, CRUZ VERMELHA, COB e CPB)	689	0,02%
Adicional Secretaria Nacional de Esportes	161.857	5,65%

Em 2003, foram repassados R\$ 478,5 milhões em recursos do OGU, para Estados e Municípios, totalizando 2.891 operações contratadas. O repasse de tais recursos, ao propiciar a contratação das aludidas operações, ensejará, ao serem implementadas, a geração de mais de 90,6 mil empregos, por intermédio dos diversos programas do Governo Federal nas áreas de habitação popular, saneamento e infra-estrutura urbana e rural, implementados sob a forma de repasse de recursos do OGU, beneficiando 2,5 milhões de brasileiros.

Valores em Mil /Quantidades em Unidade					
GESTOR	PROGRAMA	Valor do Repasse (R\$)	Quantidade de Operações	População Beneficiada	Empregos Gerados
Ministério do Meio Ambiente	Gestão de Recursos Hídricos	6.361	7	37.195	1.347
EMBRATUR	Infra-Estrutura Turística	45.210	132	226.141	8.191
Ministério da Agricultura Pecuária e	PRODESA	43.446	451	228.423	8.273
Ministério do Desenvolvimento Agrário	PRONAF	90.517	689	449.560	16.282
Ministério do Esporte e Turismo	Esporte na Escola	1.539	17	7.790	282
	Brasil Potência Esportiva	1.855	6	9.659	350
	Esporte Solidário	70.581	633	356.037	12.895
Total MET		73.976	656	373.486	13.527
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano	Gestão Urbana	494	6	2.424	88
	Pat-Prosaneer	28.378	25	255.511	9.256
	Pró-Infra	190.147	925	931.071	33.724
Total SEDU		219.019	956	1.189.006	43.068
TOTAL GERAL		478.529	2.891	2.503.811	90.688

Fonte: GECOA/SUDEL

A CAIXA operacionaliza, ainda, o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, que em 2003, atendeu 256.597 estudantes de nível superior com financiamentos/aditamentos de contratos no valor de R\$ 2,1 milhões.